



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

Versão revisada do PLO nº 275/19, Processo nº 231.318, conforme disposto no § 8º do art. 125 do Regimento Interno. Este texto vale, para todos os efeitos de tramitação, como a redação oficial do projeto, em substituição ao texto originalmente protocolado.

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 275/19

Dispõe sobre a cobrança de taxa de estacionamento em **shopping centers** localizados em Campinas quando forem utilizados serviços públicos municipais oferecidos dentro desses estabelecimentos.

Art. 1º Ficam dispensados do pagamento de taxa de estacionamento em **shopping centers** localizados em Campinas os clientes/usuários que comprovarem o atendimento/utilização de serviços públicos municipais ligados à Administração direta ou indireta disponibilizados dentro desses estabelecimentos.

Art. 2º A gratuidade a que se refere o art. 1º desta Lei somente será efetivada mediante apresentação de documento que comprove a utilização e/ou o atendimento por serviços públicos municipais dentro do estabelecimento e valerá apenas para aquele mesmo dia.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará, naquilo que couber, esta Lei.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

Sala de Reuniões, 04 de NOVEMBRO de 2019.

Nelson Hossri  
Vereador – Podemos



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

## JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária que dispensa do pagamento da taxa de estacionamento os clientes/usuários que comprovarem a utilização/atendimento dos serviços públicos municipais ligados à Administração Direta e/ou Indireta, oferecidos e/ou disponibilizados dentro dos *shopping centers* em Campinas.

Existem em Campinas, localizados dentro de *shopping centers*, equipamentos públicos, como, por exemplo, postos de subprefeitura e de atendimento dos serviços públicos municipais (Campinas Shopping, Spazio Ouro Verde, entre outros).

Por serem serviços públicos, mostra-se desproporcional e não razoável a cobrança de estacionamento dos cidadãos usuários.

Além disso, não significaria um prejuízo relevante para os *shopping centers*. Não faz sentido cobrar o estacionamento de um munícipe que busca os serviços públicos.

A medida proposta com o presente PLO é uma tendência humanista e social inevitável no âmbito municipal, haja vista a crescente crise financeira que assola o país. São mais de 13 milhões de desempregados formais em todo o país.

Alimentação e remédios, dentre outros itens essenciais no nosso cotidiano, estão cada dia mais caros.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

Os Municípios não possuem ampla competência para interceder nas questões de política econômica do país e nem podem intervir nas relações privadas. Podem e devem, entretanto, minimizar os efeitos de uma crise que perdura há longos anos.

Desta forma, em virtude da relevante social questão envolvida, apresentamos o presente PLO, solicitando o apoio dos nobres colegas vereadores para a aprovação da referida propositura legislativa.

Sala de Reuniões, 15 de outubro de 2019.

**NELSON HOSSRI**  
**Vereador – Podemos**